Instruções do Banco de Portugal

Instrução n° 66/96

ASSUNTO: Empréstimos poupança-emigrante. Fiscalização do Montante

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n° 323/95, de 29 de Novembro, e na Portaria n° 1476/95, de 23 de Dezembro, e no uso da competência que lhe é atribuída pelo art° 22.º, n° 1, alíneas a) e b) da sua Lei Orgânica o Banco de Portugal determina o seguinte:

1. Limite global do empréstimo

O capital em dívida dos empréstimos concedidos pelas instituições intervenientes a cada beneficiário, enquanto emigrante, incluindo os outorgados ao abrigo do Decreto-Lei n° 540/76, de 9 de Julho, não pode, em qualquer momento, exceder 30 000 contos.

2. Comunicação ao Banco de Portugal

Sempre que se verifique a utilização total ou parcial de um empréstimo poupança emigrante, ou qualquer modificação do capital em dívida, as instituições mutuantes são obrigadas a fazer a respectiva comunicação ao Banco de Portugal - DOCBI - Rua Francisco Ribeiro n° 2, 1150 LISBOA, segundo o modelo utilizado no envio das responsabilidades de crédito (ver Manual de Procedimentos do Serviço de Centralização de Riscos de Crédito, referido nas Instruções do Banco de Portugal sobre Riscos de Crédito, Central de Riscos de Crédito - Regulamento).

3. Sanções

A obtenção de crédito que exceda o limite global referido em 1. determina o vencimento imediato do empréstimo e bem assim a perda e a restituição dos benefícios auferidos pelo mutuário, sem prejuízo de outras sanções legalmente aplicáveis.

4. Disposições finais

4.1. Todas as comunicações referentes a empréstimos poupança-emigrante devem ser feitas de conformidade com as presentes instruções.

4.2. São abrangidas pelo disposto nas presentes instruções as instituições legalmente autorizadas a conceder empréstimos ao abrigo do sistema poupança-emigrante.

4.3. O Banco de Portugal - Departamento de Operações de Crédito e Mercados - prestará os esclarecimentos que se mostrem necessários.